

EDITORIAL

A configuração do possível: design, mediação e disputa

Entre as muitas definições disponíveis para o design, a que me acompanha há mais tempo é também a mais exigente: o design é a forma de práxis que concebe, de modo deliberado, as estruturas de mediação que organizam a vida cotidiana. Artefatos, interfaces, ambientes e serviços não se limitam a cumprir funções; eles dispõem o campo daquilo que pode ser feito, percebido e imaginado por quem os usa. Nesse sentido preciso, o design é ontológico: ao dar forma às mediações, participa da definição do que pode ser e do que não pode vir a ser. E é por isso, e não por qualquer adesão declarada de seus praticantes, que ele é político: projetar é tomar parte na disputa pelos espaços de possibilidades da vida comum.

As circunstâncias em que essa disputa se dá hoje são conhecidas. A inteligência artificial generativa tornou-se infraestrutura cotidiana; as plataformas digitais reorganizam a atenção e o trabalho; o clima exige decisões que não podem mais ser adiadas; as desigualdades que estruturam a sociedade brasileira permanecem. Nada disso é pano de fundo. São as condições concretas em que os espaços de possibilidades estão sendo configurados neste momento, com ou sem a participação reflexiva de designers. Por isso leio os onze trabalhos reunidos neste segundo número do volume 34 da Estudos em Design como um sinal de maturidade do campo: a pesquisa brasileira em design já não pergunta se o design é político; investiga como ele participa dessa configuração, por quais dispositivos, a serviço de quem e com quais efeitos.

Um primeiro conjunto de artigos examina justamente como os espaços de possibilidades são alargados ou estreitados. Em Design e Inteligência Artificial: a análise crítica do contexto para uma prática ética, Carolina Vaitiekunas Pizarro, da UNESP, argumenta que só é possível projetar eticamente na era da inteligência artificial por meio de uma compreensão profunda e crítica do contexto social, o que amplia o estatuto do designer: além de criador, analista crítico do contexto, em uma tarefa contínua e necessariamente interdisciplinar. A tese encontra um caso limite em Contramedidas ao Design Predatório em Jogos Digitais, de Felipe Mariani de Andrade e Andréa Catrópa da Silva, da Universidade Anhembi Morumbi. Os dark patterns e as estratégias de monetização predatória ali analisados são, a rigor, espaços de possibilidades deliberadamente estreitados, nos quais a ação do jogador é conduzida para maximizar engajamento e retorno financeiro. O artigo não se detém no diagnóstico: propõe contramedidas que articulam regulação institucional, letramento dos jogadores e modelos de design e monetização mais transparentes. O mesmo movimento aparece em Design Biomimético: entre a transformação emancipatória e a instrumentalização superficial, de Simone Barbisan Fortes, Alessandro Daz e Ricardo Alves Suenes, da UDESC. A biomimética, mostram os autores, comporta dois caminhos: pode reduzir-se a uma estética da natureza desvinculada de seus impactos, e nesse caso opera como greenwashing e apropriação de saberes tradicionais, ou pode assumir a natureza como orientadora e reconhecer saberes territorialmente significativos, instituindo outra relação entre projeto e mundo. Em todos os três casos, a questão de fundo é a mesma: quem configura os espaços de possibilidades, com quais interesses e com que grau de consciência do que está sendo configurado.



O que pode vir a ser, porém, não se decide apenas nos artefatos futuros; decide-se também na memória. A historiografia de um campo configura o repertório daquilo que ele consegue imaginar para si. É nessa chave que leio "Tudo que fiz o tempo todo está ligado à questão racial": design e ativismo na trajetória de Luiz Carlos Gá, de Matheus Dias de Oliveira e Joana Martins Contino, da ESPM-Rio. A pesquisa parte do reconhecimento de que a história do design brasileiro apresenta lacunas no registro de profissionais negros, produzidas por estruturas de racismo institucional e epistemológico, e reconstrói a trajetória de um designer que fez da comunicação visual instrumento de mobilização política e afirmação da identidade negra, nos cartazes, identidades visuais e materiais gráficos criados para o Movimento Negro. Ao devolver essa trajetória ao registro comum do campo, o artigo altera o que o design brasileiro pode reivindicar como seu: memória também é espaço de possibilidades.

Um segundo conjunto de textos volta-se aos fundamentos, e o faz com a disposição de revisá-los. Em Para uma crítica do idealismo político no design, Yuri Rezende Taraciuk, da UFRGS, examina a obra de Tony Fry a partir de Foucault e identifica o limite dos projetos políticos que pressupõem que a mudança das ideias precede a mudança material. A conclusão interessa a todo o campo: a força política do design está na articulação entre pensar e fazer, não na primazia de um sobre o outro. Rafaela Travassos Sarinho e Daniel B. Portugal, da UERJ, encontram em Gestos curatoriais de Duchamp e a emergência experimental do design de exposição um episódio instrutivo dessa mesma articulação: ao recusar a obra como objeto isolado e transformar o espaço expositivo em lugar de experimentação, Duchamp evidenciou que organizar a visibilidade das coisas é um trabalho de configuração, com consequências institucionais precisas. E Isabella Pontello Bahia, da Escola de Design da UEMG, propõe em Premissas epistemológicas em (re)construção: novos olhares para o design de ambientes que o design de ambientes revise suas bases teóricas na direção de um design para ambiências: político, estético e aberto para as cidades. Nos três artigos, a revisão dos fundamentos não é um exercício abstrato; é a condição para que a prática projetual alcance aquilo que suas premissas atuais não permitem ver.

Se as estruturas de mediação organizam a atividade humana, elas o fazem sobre corpos concretos, em ambientes concretos. Corpo, ambiência e experiência em ambientes de alimentação: uma leitura no campo do design, de Márcia Machado França e Mônica Cristina de Moura, da UNESP, investiga o ambiente de alimentação escolar como espaço vívido, no qual ruído, calor, fluxos intensos e pressão temporal modulam os modos de perceber, permanecer e interagir de estudantes de escolas públicas. O estudo, de inspiração fenomenológica, evidencia o ambiente como componente ativo da experiência, e não como cenário neutro. Poucos objetos ilustram tão bem a tese deste editorial: o refeitório de uma escola pública é uma estrutura de mediação em escala real, que configura diariamente a relação de cada estudante com o alimento, com o tempo e com o espaço público. A ambiência, que no artigo de Bahia comparece como premissa epistemológica, comparece aqui como experiência encarnada.

Resta a pergunta que atravessa qualquer teoria da práxis: como o saber se converte em fazer (e vice-versa). Do Saber ao Fazer: Barreiras e Incentivos ao Design de Interiores para Sustentabilidade, de Talissa Bedran Linhares e Andréa Franco Pereira, do IFMG, enfrenta a questão com evidências: entre os profissionais brasileiros de design de interiores, a valorização da sustentabilidade é quase unânime, mas a adoção efetiva na prática alcança pouco mais da



metade deles. A distância entre o declarado e o praticado não é um problema moral, e o estudo tem o mérito de tratá-la como um problema de projeto: déficits de formação, custos iniciais, ausência de políticas públicas e de informação técnica de um lado; universidades e clientes conscientes atuando como facilitadores de outro. Dois trabalhos da edição mostram essa conversão em operação. Lucas Ferreira Néri, Wanderléia Quinhoneiro Blasca e Deborah Viviane Ferrari, da FOB/USP, desenvolvem em Desenvolvimento de objeto educacional em impressão 3D aplicado à simulação do molde auricular: uma perspectiva multidisciplinar em Design um protótipo modular e de baixo custo para o ensino seguro da moldagem auricular na Fonoaudiologia, com o design operando como mediador entre tecnologia e educação em saúde. E, na seção de Iniciação Científica, Bruno Henrique Agostinho da Silva e Gustavo Orlando Fudaba Curcio, da USP, analisam em Design gráfico e mediação pedagógica em livros didáticos da Educação de Jovens e Adultos em São Paulo como acessibilidade tipográfica, hierarquia visual e uso representativo das imagens favorecem a leitura crítica e o engajamento de estudantes da EJA, propondo um protocolo de análise que articula as dimensões formais do design a objetivos pedagógicos. Que uma investigação sobre mediação pedagógica chegue à revista pela porta da Iniciação Científica diz algo sobre a formação de novos pesquisadores no campo.

Vivemos, é certo, um tempo de crises sobrepostas, e nenhuma leitura responsável do presente pode dispensar o seu entendimento. Mas o projeto é, por definição, um ato dirigido ao que ainda não existe. Compreender as condições dadas e conceber o que elas não determinam são operações de um mesmo movimento, como ensina a tradição brasileira da práxis, de Álvaro Vieira Pinto a Paulo Freire, para quem esperar é verbo: não a espera de que o mundo melhore, mas o trabalho de construir as condições da sua melhora. Os artigos desta edição pertencem a essa gramática. Nenhum deles se limita a descrever um estado de coisas; todos terminam propondo protocolos, contramedidas, premissas, protótipos, revisões. É o campo exercendo aquilo que o define.

Convido, portanto, a uma leitura à altura desse material: atenta, implicada, disposta ao desacordo. A Estudos em Design, que há mais de três décadas organiza a conversa científica do campo no Brasil, oferece neste número um retrato consistente do que a pesquisa em design vem se tornando: um modo rigoroso de investigar como o mundo cotidiano é configurado e de participar, com método e posição, da disputa pelo que ele pode vir a ser. Boa leitura.

Tiago Barros Pontes e Silva

Professor Associado, Departamento de Design, Universidade de Brasília